ISSN: 2595-6132



Estatística & Informações

Demografia e Indicadores Sociais

15

Estrutura e Evolução da Ocupação Formal de Minas Gerais 2000-2017

Belo Horizonte | 2018







Governador do Estado de Minas Gerais Fernando Damata Pimentel

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão Helvécio Miranda Magalhães Júnior

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP

Presidente

Roberto do Nascimento Rodrigues

Vice-presidente

Daniel Lisbeni Marra Fonseca

Diretoria de Estatística e Informações Júnia Santa Rosa

Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa Bernardo Novais da Mata Machado

Diretoria de Informação Territorial e Geoplataformas Daniel Lisbeni Marra Fonseca

Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças José Roberto Enoque

Diretoria de Políticas Públicas Celeste de Souza Rodrigues

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho Maria Isabel Araújo Rodrigues

UNIDADE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (Direi) Júnia Santa Rosa (diretora)

Equipe técnica

Elaboração

Glauber Flaviano Silveira (coord.) Nícia Raies Moreira de Souza Maria Ramos de Souza Plínio de Campos Souza

Produção editorial

Caio César Soares Gonçalves

Capa

Bárbara Andrade Corrêa da Silva

Revisão

Heitor Vasconcelos



DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (Direi)

Estatística & Informações

15

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL DE MINAS GERAIS

2000-2017

Belo Horizonte

2018

CONTATOS E INFORMAÇÕES FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI) Alameda das Acácias, 70 Bairro São Luiz/Pampulha CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Telefones: (31) 3448-9550 e 3448-9580

www.fjp.mg.gov.br

e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Estatística & Informações divulga estudos de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série está subdividida em dois grupos: o primeiro Indicadores Econômicos e o segundo Demografia e Indicadores Sociais.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Sinais convencionais utilizados:

- = Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
- .. = Não se aplica dado numérico.
- ... = Dado numérico não disponível.
- 0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo
- -0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo

O presente estudo foi desenvolvido com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) no âmbito do projeto "Desenvolvimento do sistema estadual de estatística e da tecnologia da plataforma de informações da Fundação João Pinheiro e o aprimoramento da produção e da difusão dos indicadores socioeconômicos do estado" - Edital nº 009/2017.

E82 Estrutura e evolução da ocupação formal de Minas Gerais : 2000-2017 / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte: FJP, 2018.

30 p. – (Estatística & Informações ; n. 15) Inclui bibliografia. ISSN 2595-6132

1. Mercado de trabalho — Minas Gerais — 2000/2017. I. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. II. Série.

CDU 331.6 (815.1) "2000/2017"

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 INTRODUÇÃO	9
2 MERCADO DE TRABALHO EM MINAS GERAIS	10
2.1 Desocupação por sexo, raça/cor e escolaridade	12
3 CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL	16
3.1 Emprego formal em Minas Gerais	16
3.2 Qualificação da força de trabalho ocupada no setor formal	19
3.3 Setor de Atividade dos empregos no país e em Minas Gerais	20
4 RENDIMENTO MÉDIO REAL	23
4.1 Rendimento por sexo	24
4.2 Rendimento por raça/cor	25
4.3 Rendimento por escolaridade	25
5 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	29

APRESENTAÇÃO

A Fundação João Pinheiro, ao longo dos seus quase 50 anos de existência, vem produzindo e analisando um vasto rol de informações estatísticas e indicadores socioeconômicos, entre outras produções e pesquisa em várias áreas do conhecimento e da formação de profissionais no estado.

Este estudo, elaborado na Diretoria de Estatística e Informações (Direi/FJP), com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e que faz parte do projeto "Desenvolvimento do Sistema Estadual de Estatística e da Tecnologia da Plataforma de Informações da Fundação João Pinheiro e o Aprimoramento da Produção e da Difusão dos Indicadores Socioeconômicos do Estado" (edital nº 9/2017), aborda a evolução do trabalho formal em Minas Gerais e no Brasil e destaca 2012, 2014 e 2016.

A análise coloca em foco os indicadores de desocupação, ocupação formal e renda para Minas Gerais e o Brasil. Em edições futuras o foco passa ser o emprego formal no âmbito dos municípios e dos Territórios de Desenvolvimentos de Minas Gerais.





1 INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre a realidade do mercado de trabalho formal em Minas Gerais é fundamental para o planejamento de ações governamentais para a promoção do desenvolvimento do estado.

Com o objetivo de analisar as características e a estrutura ocupacional do mercado de trabalho em Minas Gerais no período 2000 a 2017, destacando-se 2012, 2014 e 2016, foram utilizados os Registros Administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ressalta-se que a escolha do período analisado foi relacionada à disponibilidade das informações. Por isso, na confecção do relatório, quando os dados usados são provenientes da Rais, o ano referência é 2016. No caso das informações da PNADc, o ano referência é 2017.

Os indicadores de desocupação, ocupação formal e renda para Minas Gerais e o Brasil são abordados destacando-se as relações entre homens e mulheres, raça/cor e escolaridade. A análise da ocupação formal ainda destacou os principais setores de atividade econômica permitindo observar a trajetória desses setores no mercado de trabalho formal em Minas Gerais e no Brasil.



2 MERCADO DE TRABALHO EM MINAS GERAIS

Após mais de uma década apresentando crescimento, a geração de emprego no Brasil, que teve seu ápice em 2014, interrompe essa tendência positiva e, a partir de 2015, começa a refletir as transformações que a recessão econômica de meados de 2014 provocou no mercado de trabalho. Algumas das causas do aumento da desocupação foram a diminuição da demanda externa, a queda da indústria e do comércio e nos preços das *commodities*, além de sucessivas variações negativas do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

O efeito dessa crise passa a ser mais forte a partir de 2015, quando o pequeno aumento de postos de trabalho no Brasil é insuficiente para incorporar a população economicamente ativa. Em Minas Gerais, o tímido aumento do nível da ocupação em 2017 foi insuficiente para recompor o que foi perdido no ano anterior (tabela 1). Vale salientar também o aumento da população fora do mercado de trabalho, movimento que foi mais intenso no país (6,3%) do que em Minas Gerais (3,4%).

Tabela 1: Distribuição da população em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA), ocupados e desocupados e da taxa de desocupação por ano — Brasil e Minas Gerais — 2012-2017

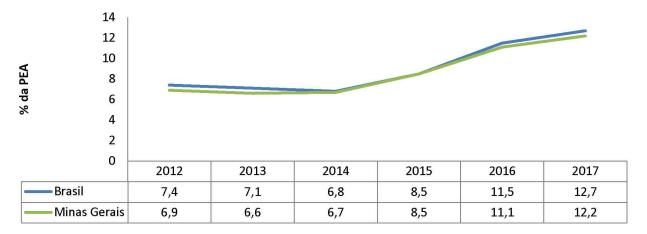
		Condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação										
Ano	PIA		PEA		Ocupados		Desocupados		Fora da força de trabalho			
	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais		
2012	157.267	16.472	96.596	10.358	89.497	9.644	7.100	714	60.671	6.114		
2013	159.511	16.674	97.733	10.448	90.764	9.759	6.969	689	61.778	6.227		
2014	162.029	16.924	98.855	10.488	92.112	9.781	6.743	707	63.174	6.437		
2015	164.344	17.164	100.728	10.734	92.142	9.821	8.585	913	63.617	6.431		
2016	166.371	17.337	102.143	10.939	90.384	9.726	11.760	1.214	64.228	6.397		
2017	168.362	17.447	103.881	11.125	90.647	9.770	13.234	1.356	64.482	6.322		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Como se observa no gráfico 1, em 2017 a taxa de desocupação atingiu 12,7% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e 12,2% em Minas Gerais. Em 2012, a taxa de desocupação era de 7,3% no Brasil e de 6,9% no estado. Com a retração das atividades econômicas tem início um período de ascensão da desocupação, e a estimativa do número de desempregados aumenta 86,4% no Brasil e 89,9% em Minas Gerais em 2017 em relação a 2012. Estima-se que em 2017 13.234 mil pessoas estavam desocupadas no país. Dessas, 1.356 mil em Minas Gerais, aumento expressivo tanto na média do país quanto no estado.



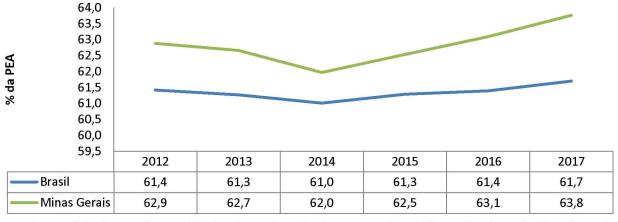
Gráfico 1: Evolução da taxa de desocupação - Brasil e Minas Gerais - 2012-2017 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A taxa de participação indica a proporção das pessoas com idade para trabalhar que tem alguma ocupação ou desejam ter algum trabalho. No país, em período recente, o comportamento dessa taxa é bastante estável, com uma pequena queda em 2014, ano em que ainda houve aumento considerável de postos de trabalho. Já em Minas Gerais, a redução da taxa de participação em 2014 foi um pouco mais expressiva do que no país, e a posterior elevação também (gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução da taxa de participação - Brasil e Minas Gerais - 2012-2017 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).



2.1 Desocupação por sexo, raça/cor e escolaridade

Analisando a evolução da taxa de desocupação nos estados brasileiros, nota-se que Minas Gerais apresenta taxas de desocupação menores que Brasil e São Paulo. Em 2012, enquanto o Brasil atinge 7,3% de desocupação e São Paulo 7,1%, Minas Gerais apresenta 6,7%. Em 2014, a taxa de desocupação no Brasil mostra queda em relação a 2012 e atinge 6,9% da PEA. Já São Paulo atinge 7,3% e é maior que a do Brasil e a de Minas Gerais, que alcançou 6,6%. Em 2016, o reflexo da crise econômica mostra-se mais forte, e a desocupação atinge de modo geral o Brasil e seus estados. No Brasil a taxa de desocupação chega a 11,5% enquanto em São Paulo atinge 12,3% e em Minas Gerais 11,2% (tabela 2).

Tabela 2: Taxa de desocupação – Brasil e unidades da Federação – 2012-2014-2016 (%)

Estado / Ano	2012	2014	2016
Brasil	7,3	6,9	11,5
Acre (AC)	9,0	7,9	10,3
Alagoas (AL)	11,3	9,6	14,2
Amapá (AP)	13,2	12,5	15,7
Amazonas (AM)	9,7	8,5	13,8
Bahia (BA)	11,3	9,6	15,9
Ceará (CE)	7,7	7,1	11,7
Distrito Federal	8,9	9,6	11,9
Espírito Santo (ES)	7,4	6,9	12,3
Goiás (GO)	5,0	6,0	10,6
Maranhão (MA)	7,8	7,4	11,7
Mato Grosso (MT)	5,1	4,1	9,5
Mato Grosso do Sul (MS)	6,1	4,1	7,0
Minas Gerais (MG)	6,7	6,6	11,2
Pará (PA)	7,3	7,7	11,2
Paraíba (PB)	9,5	8,1	10,9
Paraná (PR)	5,0	3,9	8,2
Pernambuco (PE)	9,2	8,1	14,9
Piauí (PI)	5,9	5,9	9,7
Rio de Janeiro (RJ)	7,5	6,8	12,1
Rio Grande do Norte (RN)	10,7	11,0	13,4
Rio Grande do Sul (RS)	5,3	5,4	7,9
Rondônia (RO)	5,7	3,8	8,0
Roraima (RR)	7,8	7,4	8,5
Santa Catarina (SC)	3,3	2,9	6,4
São Paulo (SP)	7,1	7,3	12,3
Sergipe (SE)	10,2	8,8	11,9
Tocantins (TO)	7,8	6 <i>,</i> 5	12,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Vale destacar ainda que em 2014 a maioria dos estados apresentou redução da taxa de desocupação ainda como efeito do desempenho do mercado interno brasileiro. Rondônia e Mato Grosso do Sul foram os estados



que apresentaram as maiores variações negativas das taxas de desocupação, reduzindo o valor da taxa apresentada em 2012 em 33,3% e 32,8% respectivamente. Em 2014, os cinco estados com as menores taxas de desocupação foram Santa Catarina (2,9%), Rondônia (3,8%), Paraná (3,9%), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (4,1%); os estados que apresentaram as maiores taxas foram Amapá (12,5%), Rio Grande do Norte (11,0%), Bahia (9,6%), Distrito Federal (9,6%) e Sergipe (8,8%). Minas Gerais ficou no patamar de 6,6%.

Em 2016, as mais altas taxas de desocupação ocorreram na Bahia (15,9%), Amapá (15,7%), Pernambuco (14,8%), Rio Grande do Norte (13,4%), São Paulo e Espírito Santo (12,3%), Tocantins (12,0%), Sergipe (11,9%), e Minas Gerais (11,2%). Já as mais baixas foram apresentadas por Santa Catarina (6,4%), Mato Grosso do Sul (7,0%) e Rio Grande do Sul (8,0%).

Tradicionalmente, as taxas de desocupação das mulheres são superiores às dos homens. No período analisado, nota-se elevação da desocupação tanto para eles quanto para elas. No Brasil, a taxa de desocupação deles passou de 6% para 10,2%; a delas, de 9,2% para 13,3%. Já em Minas Gerais, para os homens, passou de 5,5% em 2012 para 10% em 2016; para as mulheres, de 8,8% para 12,6% no mesmo período (gráfico 3).

Gráfico 3: Evolução da taxa de desocupação por sexo - Brasil e Minas Gerais - 2012-2017 (%)

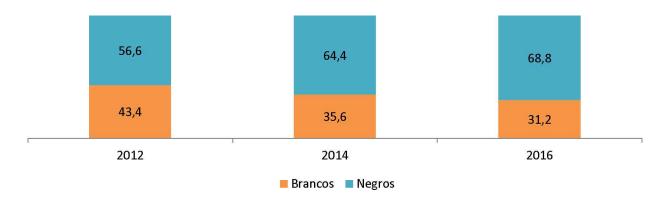
16,0 14,0 12,0 10,0 8,0 6,0 4,0 2,0 0,0						
0,0	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil Homens	6,0	5,8	5,8	7,3	10,2	11,3
Brasil Mulheres	9,2	8,9	8,2	10,1	13,3	14,6
Minas Gerais Homens	5,5	5,1	5,7	7,6	10,0	10,7
——Minas Gerais Mulheres	8,8	8,6	8,1	9,6	12,6	14,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Em 2012, 2014 e 2016, a distribuição dos desocupados por raça/cor em Minas mostra que o percentual de desocupados negros aumentou em relação ao de brancos. Em 2012, 56,6% dos desocupados mineiros eram negros, e essa diferença continuou aumentando nos anos seguintes. Em 2014, 64,4% dos desocupados eram negros, em 2016, 68,8%, reforçando que a desocupação atinge mais os negros do que os brancos (gráfico 4).



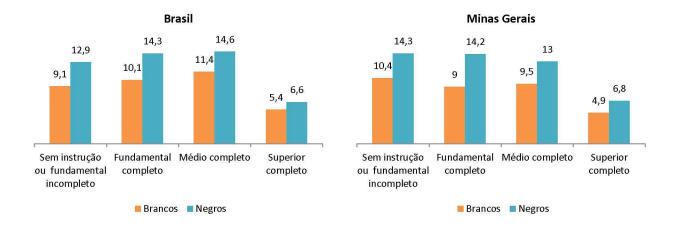
Gráfico 4: Distribuição dos desocupados por raça/cor - Minas Gerais - 2012-2014-2016 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

As pessoas mais escolarizadas têm probabilidade menor de ficarem desempregadas, mas o risco é maior para os negros do que para os brancos. Em 2014, as maiores taxas de desocupação são verificadas para aqueles com ensino fundamental completo; em 2016, houve elevação em todos os níveis de instrução. Em 2016, a taxa de desocupação para as pessoas que cursaram ensino superior no Brasil foi de 5,4% para os brancos e 6,6% para os negros. Já para os que não terminaram o ensino fundamental, foi de 12,9% para os negros e de 9,1% para os brancos. As maiores taxas pertencem àqueles com ensino fundamental completo (14,3% para os negros e 10,1% para os brancos) e com ensino médio completo (14,6% para os negros e 11,4% para os brancos). Observa-se que, enquanto o Brasil apresenta a maior taxa de desocupação para os negros com 'ensino médio' (14,6%), em Minas o maior patamar foi alcançado pelos negros 'sem instrução ou fundamental incompleto' (14,3%) (gráfico 5).

Gráfico 5: Taxa de desocupação por raça/cor e grau de instrução - Brasil e Minas Gerais - 2016 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).



Em Minas Gerais, comparando-se 2016 com 2012, observa-se que a desocupação elevou-se para todos os grupos de escolaridade e de raça/cor e ainda aprofundaram-se as diferenças entre as taxas de desocupação dos negros em relação aos brancos em todos os níveis de escolaridade. Em 2016, destaca-se que, nas duas categorias com menor escolaridade, os negros apresentam as maiores taxas de desocupação: 14,3% para a categoria 'sem instrução ou ensino fundamental incompleto' e 14,2% para 'ensino fundamental completo', indicativo tanto de que a desocupação atingiu mais os setores que empregam mão de obra menos qualificada quanto de que os negros tiveram ainda mais dificuldade na inserção no mercado de trabalho mineiro.



3 CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL

Minas Gerais tem o segundo maior mercado formal do país, atrás apenas de São Paulo. Em relação à performance de sua economia, contatou-se que o PIB do estado apresentou variação de 0,6% em 2017, em relação ao ano anterior, depois de ter caído 4,3% em 2015 e 1,8% em 2016. No país, a estimativa de crescimento em 2017 foi de 1%, o que favoreceu a retomada das contratações de mão de obra (FJP, 2018). São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina foram os estados que mais geraram postos de trabalho no período analisado.

Entre 2012 e 2017, todavia, segundo dados da PNADc, o mercado de trabalho em Minas Gerais apresentou elevação da estimativa do número de ocupados e ao mesmo tempo uma elevação da taxa de desocupação. O aumento relativo da ocupação foi o mesmo em Minas Gerais e no Brasil, 1,3%, o que significou a criação de 126 mil postos de trabalho no estado e 1.273 milhão no país nesse período. No entanto, ressalta-se que esse movimento foi inferior ao crescimento população em idade para trabalhar (de 7,1% no país e 5,9% no estado) e da PEA (7,5% no Brasil e 7,4% em Minas Gerais). Como resultado, a estimativa do número de desocupados aumentou 86,4% no país e 89,9% em Minas Gerais.

3.1 Emprego formal em Minas Gerais

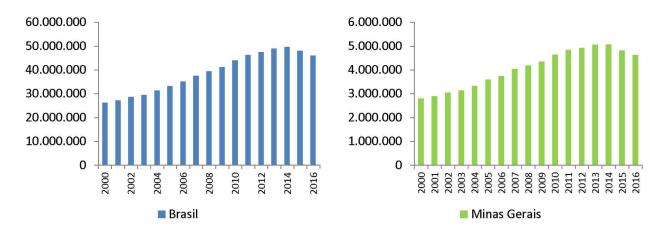
A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) apresenta resultados para o emprego formal no país. Entre 2012 e 2016, enquanto na média do Brasil houve redução de 3% do contingente ocupado, em Minas Gerais a redução foi mais intensa: 6,1%. O contingente de pessoas ocupadas com carteira assinada no país foi de 46.060.198; no estado, de 4.628.701 em 2016 (gráfico 6).

Desde 2000, o crescimento da ocupação formal em Minas Gerais tem sido próximo ao verificado para a média do país (e maior do que a de São Paulo em termos percentuais). Houve uma elevação contínua das contratações de mão de obra desde 2001, que perdeu intensidade em 2012 e foi interrompida a partir de 2015 tanto no país quanto no estado.

Em Minas Gerais, comparando um ano com o imediatamente anterior, a geração de empregos significou aumento de 3% a 7,8% até 2011. Em 2012 o nível do emprego formal ficou apenas 1,6% acima do nível de 2011. A variação de 2013/2012 foi de 2,6% e de 2014/2013 foi de 0,3%. Em 2015 e 2016, houve redução de 4,9% e 4% do emprego formal respectivamente.



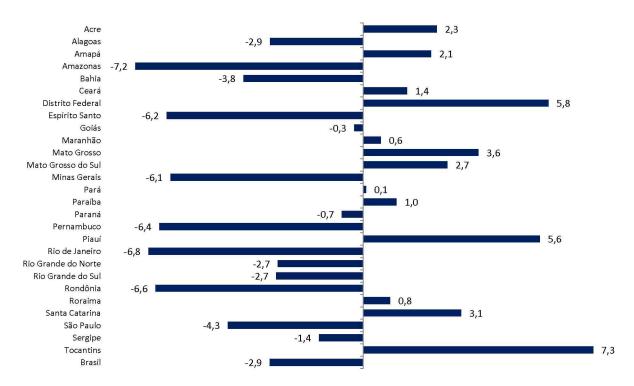
Gráfico 6: Evolução do emprego formal – Brasil e Minas Gerais – 2000-2016



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Comparando a variação da ocupação formal nas unidades da Federação (gráfico 7), em 2016 em relação a 2012, constata-se que a retração mais intensa ocorreu nos estados do Amazonas (-7,2%), Rio de Janeiro (-6,8%), de Rondônia (-6,6%) Pernambuco (-6,4%), do Espírito Santo (-6,2%) e de Minas Gerais (-6,1%). Os estados que tiveram desempenho melhor foram Tocantins (7,3%), Distrito Federal (5,8%), Piauí (5,6%), Mato Grosso (3,6%) e Santa Catarina (3,1%).

Gráfico 7: Taxa de variação do emprego formal de 2016 comparado a 2012 – Brasil e Unidades da Federação



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).



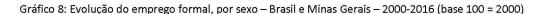
Analisando a evolução do mercado de trabalho desde 2000, verifica-se no gráfico 8 uma expansão do mercado de trabalho que atingiu tanto homens quanto mulheres. No entanto, o crescimento da ocupação feminina foi consideravelmente maior do que o da masculina.

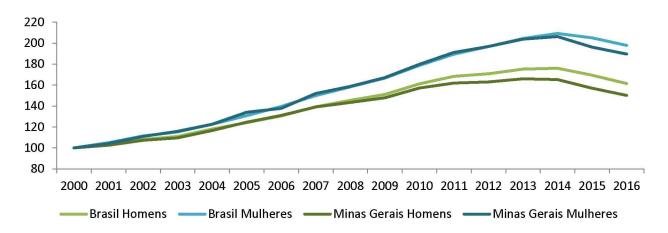
No Brasil, o número de empregos formais ocupados por mulheres praticamente dobrou em 2016 se comparado com 2000. Eram 20 milhões ocupadas em 2016. O nível ocupacional dos homens é historicamente superior ao das mulheres. Mesmo assim, houve aumento expressivo do emprego formal também para eles. Ressalta-se que a retração do mercado de trabalho a partir de 2012 parece tê-los atingido mais intensamente. Eram 25 milhões de homens em empregos formais em 2016, contra 16 milhões em 2000, o que significou acréscimo de 61,4%.

Em Minas Gerais, havia em 2016 2 milhões de mulheres e 2,6 milhões de homens ocupados em postos de trabalho formais. Em relação a 2000, esse contingente significou acréscimo de 89,5% para elas e de 50% para eles.

A variação anual do emprego segundo sexo indicou a mesma direção encontrada para a média populacional: de intenso aumento até 2011, arrefecimento entre 2012 e 2014 e retração a partir daí.

Vale notar ainda que, comparando Minas Gerais com a média do Brasil, a evolução da geração de ocupações para homens e mulheres foi um pouco distinta. No caso delas, a curva é bem próxima e começa a se distanciar em 2014, quando o emprego feminino varia menos no estado do que no país. Já no caso dos homens, as curvas de Minas Gerais e do Brasil começam a se distanciar já em 2010, quando o emprego cai mais no estado do que país.





Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).



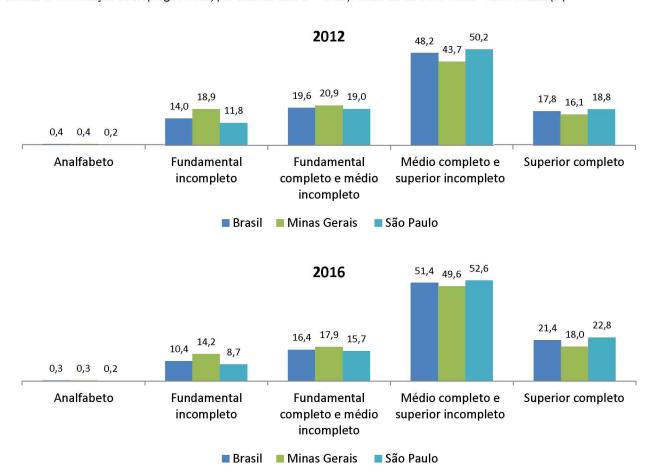
3.2 Qualificação da força de trabalho ocupada no setor formal

A qualificação da força de trabalho ocupada no setor formal da economia é geralmente maior do que quando se considera o mercado de trabalho. No Brasil a expansão educacional ocorreu tardiamente, e o resultado é ainda uma população com escolaridade baixa. Do lado da demanda, o mercado de trabalho brasileiro possui parte considerável de empregos manuais que exigem menos qualificação e especialização.

Em torno da metade dos empregos formais são ocupados por quem cursou até o ensino médio. A média de Minas Gerais para a força de trabalho com esse nível de ensino é inferior tanto à média do Brasil quanto à de São Paulo (gráfico 9).

Em 2016, Minas Gerais tinha uma proporção maior de pessoas ocupadas no setor formal sem ter concluído o ensino fundamental (14,2%) ou o médio (17,9%). Da mesma forma, a proporção daqueles com ensino superior completo era menor em Minas Gerais do que para a média do Brasil ou mesmo para São Paulo. No entanto, tanto nos estados quanto no Brasil houve redução da proporção de trabalhadores com escolaridade menor e elevação daqueles com ensino médio ou superior completo.

Gráfico 9: Distribuição do emprego formal, por nível de ensino – Brasil, Minas Gerais e São Paulo – 2012 e 2016 (%)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).



3.3 Setor de atividade dos empregos no país e em Minas Gerais

A distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, apresentada na tabela 3, indica a alta representatividade do setor de serviços, que abriga a metade da população ocupada, seguido pelo comércio e pela indústria. Isso ocorre em praticamente todas as unidades da Federação. Contudo, o tamanho relativo de cada setor de atividade sofreu algumas alterações recentes, a despeito de ter mantido a mesma proporção relativa de cada um.

No Brasil, a redução dos empregos formais atingiu mais intensamente a construção civil e a indústria. Elas perderam, respectivamente, 29,9% e 11,7% dos postos de trabalho em relação a 2012 (tabela 3). O comércio e a agropecuária ficaram relativamente estáveis. Tiveram variação positiva de, respectivamente, 0,4% e 0,8%. O setor de serviços foi o que apresentou o melhor resultado no período: aumento de 1,7% do emprego.

Se os resultados forem comparados ao ano anterior, a retração do mercado formal de trabalho brasileiro pode ser sentida em todos os setores de atividade econômica, especialmente a construção civil e a indústria. Assim, no Brasil, mais da metade dos empregos estavam no setor de serviços (55,4%), seguido do comércio (20,1%), da indústria (16,9%), da construção civil (4,3%) e da agropecuária (3,2%).

Em Minas Gerais, também se destaca o comportamento da construção civil no período em análise. Em 2012, esse setor era responsável por ocupar 7% da população ocupada no setor formal no estado. Ele encolheu tanto em 2014 quanto em 2016 e passou a representar 5% dos ocupados formais após uma redução de 117.542 empregos. O setor industrial também merece destaque por ter reduzido o contingente ocupado em 117.122 em 2016 em relação a 2012. Assim, a indústria, responsável por 19,2% dos empregos formais em 2012, passa a deter 17,9% deles.

Se na indústria e na construção civil a redução do emprego formal já pode ser sentida em 2014, no caso do setor de serviços e comércio esse movimento só ocorreu em 2016. Em relação a 2012, a retração do mercado de trabalho foi mais intensa na construção civil (-34%) e na indústria (-12,4%). No setor de serviços o número de ocupados foi 3,2% inferior ao encontrado em 2012. No comércio houve estabilidade do contingente ocupado, enquanto na agropecuária houve elevação de 3,4% de ocupados.



Tabela 3: Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica – Brasil e Minas Gerais – 2016

~	Setor de Atividade Econômica									
Especificação	Indústria	Construção	Comercio	Serviços	Agropecuária	Total				
		В	RASIL							
Número de ocupados										
Total	7.798.779	1.985.404	9.264.904	25.534.892	1.476.219	46.060.198				
Homens	5.423.355	1.788.702	5.200.866	12.156.841	1.227.821	25.797.585				
Mulheres	2.375.424	196.702	4.064.038	13.378.051	248.398	20.262.613				
Distribuição										
Total	16,9	4,3	20,1	55,4	3,2	100				
Homens	21	6,9	20,2	47,1	4,8	100				
Mulheres	11,7	1	20,1	66	1,2	100				
Variação 2016-2015										
Total	-5,5	-18	-2,8	-3,1	-1,6	-4,2				
Homens	-5,3	-18,5	-2,4	-3,3	-1,1	-4,7				
Mulheres	-5,5	-18	-2,8	-3,1	-1,6	-4,2				
Variação 2016-2012										
Total	-11,7	-29,9	0,4	1,7	0,8	-2,9				
Homens	-11,9	-31	-0,2	0,2	1	-5,5				
Mulheres	12,7	22,4	-1,2	-3	0,1	-0,5				
		MINA	S GERAIS							
Número de ocupados										
Total	830.774	227.752	968.396	2.342.916	258.863	4.628.701				
Homens	587.766	206.607	533.989	1.057.658	216.041	2.602.061				
Mulheres	243.008	21.145	434.407	1.285.258	42.822	2.026.640				
Distribuição										
Total	17,9	4,9	20,9	50,6	5,6	100				
Homens	22,6	7,9	20,5	40,6	8,3	100				
Mulheres	12	1	21,4	63,4	2,1	100				
Variação 2016-2015										
Total	-4,6	-16,2	-2,7	-3,4	-0,3	-4				
Homens	-4,3	-16,3	-2	-4,1	0,3	-4,5				
Mulheres	-4,6	-16,2	-2,7	-3,4	-0,3	-4				
Variação 2016-2012										
Total	-12,4	-34	0,4	-3,2	3,4	-6,1				
Homens	-11,9	-34,5	1,2	-4,3	3	-7,9				
Mulheres	15,6	40,5	0,5	2,3	-4,9	3,8				

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A tabela 3 ainda permite analisar a distribuição dos empregos formais segundo sexo. Verifica-se que os setores que mais se retraíram são aqueles que ocupam tradicionalmente mais homens, a indústria e a construção civil. E a proporção de homens nesses setores continua superior à de mulheres. Desse modo, no Brasil, enquanto 21% dos homens que tinham trabalho formal estavam ocupados na indústria e 6,9% na construção civil, 47,1% estavam no setor de serviços. No caso das mulheres, 66% das que tinham emprego formal estavam no setor de serviços, 11,7%, na indústria e apenas 1% estava na construção civil. O comércio era responsável por 20,2% dos empregos dos homens e 20,1% dos das mulheres. A agropecuária abrigava 4,8% das ocupações formais dos homens e apenas 1,1% das mulheres.



Em Minas Gerais, a distribuição do emprego formal segue o mesmo padrão. Para os homens, entretanto, o setor agropecuário é mais expressivo do que para a média do país: é responsável por 8,3% do emprego deles. O setor de serviços é menos representativo, tem 40,6% dos postos de trabalho; a indústria tem um peso um pouco maior na estrutura ocupacional do que a média do país, com 22,6% dos empregos. No caso das mulheres, a diferença reside apenas no peso um pouco menor do setor de serviços, apesar de ser responsável por grande parte dos empregos femininos (63,4%). Nos demais setores de atividade a proporção de mulheres é bem parecida com o encontrado para a média do país.

Comparando-se o nível ocupacional por setor de atividade de 2016 com 2015 no país e em Minas Gerais, percebe-se que, embora na média a retração tenha sido parecida, 4,2% dos empregos no país e 4% em Minas Gerais, a intensidade do movimento foi maior no Brasil. A construção civil, por exemplo, reduziu 18,5% dos empregos formais no Brasil enquanto em Minas Gerais o declínio foi de 16,3%.

No caso dos homens, houve redução de 4,3% dos empregos na indústria em Minas Gerais e 5,3% no Brasil. Na construção civil, o declínio foi de 18% no país e de 16,2% no estado. Os setores que se retraíram menos em termos relativos foram serviços, comércio e agropecuária: respectivamente, 3,1%, 2,8%, 1,6% no país e 4,4%, 2% e 0,3% no estado.

No caso das mulheres, na média do país, o emprego formal reduziu-se mais na construção civil (-18%) e na indústria (-5,5%). Nos demais setores, as variações foram de 2,8% no comércio, 3,1% no setor de serviços e 1,6% na agropecuária. Já em Minas Gerais houve redução de 16,2% dos empregos na construção civil, 4,3% na indústria, 3,4% no setor de serviços e 2,7% no comércio. A agropecuária apresentou pequena variação negativa de 0,3%.



4 RENDIMENTO MÉDIO REAL

Um dos principais indicadores do mercado de trabalho é o rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho.

Entre 2012 e 2017, observa-se um crescimento de 2,2% em Minas Gerais. Ele passou de R\$ 1.803 em 2012 para R\$ 1.843 em 2017. Em âmbito nacional, o crescimento observado foi de 4,6%, no mesmo período (tabela 4).

Tabela 4: Rendimento médio real do trabalho principal – Brasil e estados – 2012-2017

Estado / Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	2.056	2.128	2.154	2.146	2.108	2.150
Acre (AC)	1.859	1.776	1.742	1.721	1.673	1.723
Alagoas (AL)	1.315	1.351	1.413	1.443	1.385	1.353
Amapá (AP)	1.830	1.890	2.021	1.973	2.095	2.226
Amazonas (AM)	1.865	1.836	1.881	1.798	1.633	1.765
Bahia (BA)	1.354	1.379	1.415	1.426	1.364	1.435
Ceará (CE)	1.335	1.414	1.392	1.377	1.354	1.388
Espírito Santo (ES)	1.931	1.998	2.027	2.044	2.011	2.015
Goiás (GO)	2.035	2.103	2.118	2.042	1.972	2.047
Maranhão (MA)	1.118	1.146	1.081	1.106	1.131	1.249
Mato Grosso (MT)	2.142	2.215	2.188	2.128	2.096	2.160
Mato Grosso do Sul (MS)	1.981	2.023	2.057	1.991	2.014	2.121
Minas Gerais (MG)	1.803	1.856	1.922	1.874	1.827	1.843
Pará (PA)	1.484	1.485	1.488	1.391	1.381	1.406
Paraíba (PB)	1.251	1.298	1.417	1.427	1.402	1.497
Paraná (PR)	2.255	2.324	2.380	2.357	2.272	2.305
Pernambuco (PE)	1.756	1.854	1.934	1.700	1.616	1.644
Piauí (PI)	1.159	1.255	1.287	1.286	1.324	1.354
Rio de Janeiro (RJ)	2.247	2.346	2.288	2.383	2.427	2.348
Rio Grande do Norte (RN)	1.410	1.462	1.513	1.577	1.557	1.545
Rio Grande do Sul (RS)	2.246	2.384	2.382	2.312	2.327	2.373
Rondônia (RO)	1.746	1.732	1.779	1.756	1.685	1.740
Roraima (RR)	2.114	2.220	2.185	2.124	2.087	2.080
Santa Catarina (SC)	2.282	2.336	2.377	2.345	2.235	2.358
São Paulo (SP)	2.636	2.730	2.807	2.857	2.787	2.837
Sergipe (SE)	1.520	1.595	1.724	1.591	1.625	1.593
Tocantins (TO)	1.714	1.684	1.682	1.807	1.735	1.789

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Utilizando o rendimento médio real do Brasil em 2017 como linha demarcatória para um *ranking*, verifica-se que apenas sete estados possuem rendimento médio real superior a ela. São Paulo, com rendimento médio

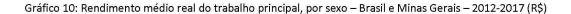


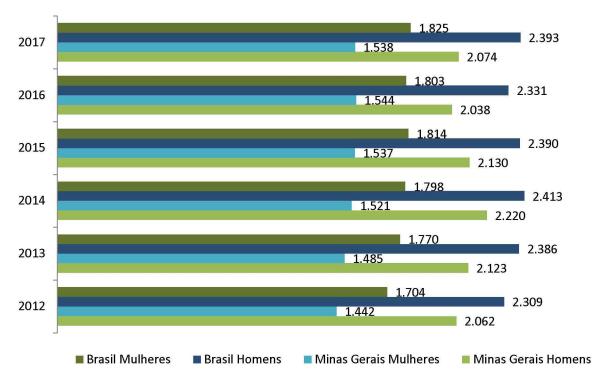
real de R\$ 2.837, se situa em primeiro lugar. Dos 19 estados abaixo de tal linha demarcatória, Maranhão fica em último lugar com rendimento médio real de R\$ 1.249 e Minas Gerais se situa em 12º nesse *ranking*.

Vale ainda destacar que Amapá é o estado que apresentou maior variação no rendimento médio real (21,7%; passou de R\$ 1.830 em 2012 para R\$ 2.226 em 2017). A menor variação, -7,3%, foi observada para o Acre. Nessa ótica de comparação seis estados tiveram variação negativa.

4.1 Rendimento por sexo

O gráfico 10 apresenta o rendimento médio real do trabalho principal por sexo. Os dados são do Brasil e de Minas Gerais no período de 2012 a 2017. Como esperado, contata-se que o rendimento médio real dos homens é sempre maior que o das mulheres. Apesar disso, em Minas Gerais, entre 2012 e 2017, verifica-se um crescimento de 0,6% no rendimento médio real dos homens (passou de R\$ 2.062 em 2012 para R\$ 2.074 em 2017) e de 6,6% no das mulheres. No Brasil, situação semelhante é observada.





Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).



4.2 Rendimento por raça/cor

Ao se observar o rendimento médio real do trabalho principal por raça/cor, constata-se que em 2017 o maior foi obtido entre a população que se declarou branca (R\$ 2.310), seguido pelos pardos (R\$ 1.537) e pretos (R\$ 1.430). Cabe destacar ainda que o rendimento médio real do trabalho principal das pessoas negras foi o que mais cresceu entre 2012 e 2017 (8,3%) (gráfico 11).

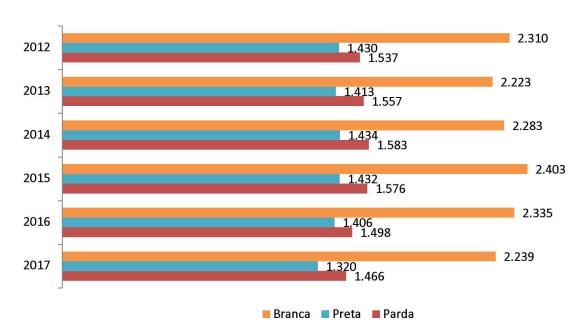


Gráfico 11: Rendimento médio real do trabalho principal, por raça/cor – Minas Gerais – 2012-2017 (R\$)

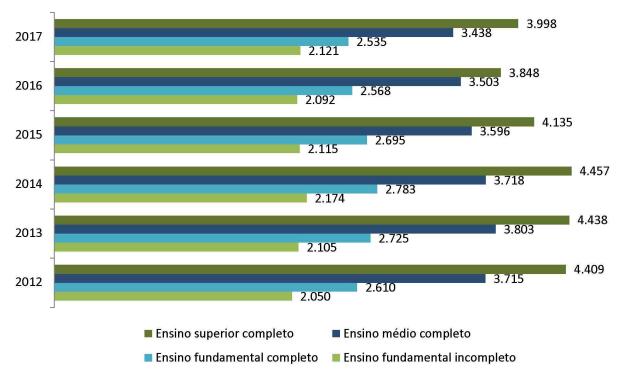
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

4.3 Rendimento por escolaridade

A partir da análise do gráfico 12 percebe-se que, em Minas Gerais, o rendimento médio real do trabalho principal, R\$ 3.998, é maior para quem possui ensino superior completo do que para quem possui os demais níveis. Ele é de R\$ 3.438 para quem possui o ensino médio completo, de R\$ 2.535 para os que possuem o fundamental completo e, por último, de R\$ 2.121 para quem detém o fundamental incompleto em 2017. Além disso, percebe-se que entre 2012 e 2017 houve um decrescimento de 9,3% no rendimento médio real de quem possui ensino superior completo e um crescimento de 3,5% para quem tem ensino fundamental incompleto.



Gráfico 12: Rendimento médio real do trabalho principal, por escolaridade – Minas Gerais – 2012-2017 (R\$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).



5 CONCLUSÃO

Este relatório tratou da evolução do mercado de trabalho em Minas Gerais em comparação com a média do país a partir de três indicadores: a desocupação, o emprego formal e os rendimentos do trabalho. O estudo destacou a interrupção da geração de emprego no Brasil a partir de 2014 e a elevação das taxas de desocupação tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, embora o aumento da população fora do mercado de trabalho tenha sido mais intensa no país do que no estado.

Em 2016, os estados cuja população foi mais afetada pela desocupação foram a Bahia (15,9%), o Amapá (15,7%) e Pernambuco (14,8%). Já as mais baixas foram registradas em Santa Catarina (6,4%), no Mato Grosso do Sul (7,0%) e no Rio Grande do Sul (8,0%). Em Minas Gerais a taxa de desocupação foi de 11,2%.

Em Minas Gerais, comparando 2016 com 2012, a desocupação elevou-se tanto para homens quanto para mulheres assim como para todos os grupos de escolaridade e de raça/cor. Além disso, houve aprofundamento das diferenças entre as taxas de desocupação dos negros em relação às dos brancos em todos os níveis de escolaridade.

Do lado do emprego, verificou-se que o crescimento da ocupação formal em Minas Gerais tem sido próximo do verificado para a média do país (e maior do que a de São Paulo em termos percentuais) desde 2000. Houve uma elevação contínua das contratações de mão de obra desde 2001, que perdeu intensidade em 2012 e foi interrompida a partir de 2015 tanto no país quanto no estado.

A variação anual do emprego segundo sexo indicou a mesma direção encontrada para a média populacional: de intenso aumento até 2011, arrefecimento entre 2012 e 2014 e retração a partir daí. A expansão do mercado de trabalho entre 2000 e 2016 atingiu tanto os homens quanto as mulheres. No entanto, o crescimento da ocupação feminina foi consideravelmente maior do que o da masculina.

Em relação aos rendimentos do trabalho, observou-se entre 2012 e 2017 e em Minas Gerais um crescimento de 2,2%. Eles passaram de R\$ 1.803 em 2012 para R\$ 1.843 em 2017. Em âmbito nacional, o crescimento observado foi de 4,6% no mesmo período.

Utilizando o rendimento médio real do Brasil em 2017 como uma linha demarcatória para um *ranking* verifica-se que apenas sete estados possuíam rendimento médio real superior à linha demarcatória. São Paulo, com rendimento médio real de R\$ 2.837, é o estado que se situa em primeiro lugar. Dos 19 estados abaixo da linha demarcatória, Maranhão fica em último lugar com um rendimento médio real de R\$ 1.249. Minas Gerais situa-se em 12º lugar nesse *ranking*.



Por fim, constatou-se que o rendimento médio real dos homens é sempre maior que o verificado para as mulheres. Apesar disso, em Minas Gerais, entre 2012 e 2017, verificou-se aumento de 0,6% no rendimento médio real dos homens (de R\$ 2.062 em 2012 para R\$ 2.074 em 2017) e de 6,6% no rendimento médio real das mulheres.



REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Indicadores FJP: Produto Interno Bruto de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Registros Administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Brasília, 2018.



Série Estatística & Informações

ISSN 2595-6132

Números divulgados

V	0	lume 1	1 – Ecoi	nomia d	റ 1	Turismo	de N	/linas	Gerais:	201	10	-20	1	4

Volume 2 – Metodologia do PIB trimestral de Minas Gerais: referência 2010

Volume 3 – Déficit Habitacional no Brasil: resultados preliminares 2015

Volume 4 – Produto Interno Bruto de Minas Gerais: 2015

Volume 5 – Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais: 2015

Volume 6 - Déficit Habitacional no Brasil: 2015

Volume 7 – Fluxos migratórios dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais e grandes regiões do Brasil: 2010

Volume 8 – Projeções populacionais: Minas Gerais e territórios de desenvolvimento 2010-2060

Volume 9 – Perfil dos Jovens em Áreas de Vulnerabilidade Social: Educação e Trabalho

Volume 10 – Tabela de Recursos e Usos e Matriz Insumo-Produto de Minas Gerais: 2013

Volume 11 – Matriz Insumo-Produto dos Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais: 2013

Volume 12 – O PIB e os Indicadores das Finanças Públicas de Minas Gerais: triênio 2015-2017

Volume 13 – Diagnóstico da previdência pública dos servidores do Estado de Minas Gerais

Volume 14 – A produção de café em Minas Gerais: desafios para a industrialização

Volume 15 – Estrutura e Evolução da Ocupação Formal de Minas Gerais: 2000-2017

